

UNIVERSIDADE, CONHECIMENTO E CIDADANIA

doi: 10.4025/imagenseduc.v1i1.12345

Cezar Luiz De Mari*

Marlene Grade**

* Universidade Federal de Viçosa – UFV. cezardemari@uol.com.br** Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. mcmarlene@uol.com.br

RESUMO: Este artigo busca descrever a implantação da Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no Vale do Mucuri, com a instalação do Campus Avançado em Teófilo Otoni/MG. A pesquisa foi conduzida a partir da análise de documentos oficiais, literatura especializada e da experiência de um projeto piloto de pesquisa e extensão aplicado na circunvizinhança do novo Campus. O eixo metodológico enfoca a presença da instituição pública na promoção da cidadania, imprimindo uma dinâmica de inclusão social no Vale do Mucuri, anteriormente marcado pela presença do ensino superior privado. Concluímos que a presença da UFVJM não corrige a disparidade de oferta de vagas e do número de instituições públicas em relação a oferta privada, somente equipara a região aos índices nacionais; a inserção institucional comunitária permite conhecimento e uma presença regional qualitativa; a metodologia baseada na troca de conhecimentos produz vínculos democráticos e construtivos com a comunidade local.

Palavras-chave: Universidade. Conhecimento. Cidadania.

ABSTRACT: **University, knowledge and Citizenship.** This article aims to describe the implementation of the Federal University of Vales do Jequitinhonha and Mucuri - UFVJM in Mucuri Valley, with the installation of Advanced Campus in Teófilo Otoni / MG. The survey was conducted from an analysis of official documents, literature and experience of a pilot project for applied research and extension in the neighborhood of the new campus. Axis focuses on methodological presence of public institutions in promoting citizenship, giving a dynamic social inclusion in the Mucuri Valley, previously marked by the presence of private higher education. We conclude that the presence of UFVJM does not correct the disparity of school places and the number of public institutions for private offering, only treats the region to the national indexes, the institutional placement and community knowledge allows a qualitative regional presence, the methodology based on exchange of knowledge produces democratic and constructive links with the local community.

Key-words: University. Knowledge. Citizenship.

Introdução

Este trabalho busca situar a expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, no Nordeste do Estado de Minas Gerais, com a instalação do Campus Avançado do Mucuri, na cidade de Teófilo Otoni. Historicamente, observamos a ampliação do acesso ao ensino superior aos jovens provenientes da região marcada pela presença de instituições de ensino superior privadas. Descrevemos o significado do acesso público desses jovens ao conhecimento socialmente construído e às experiências de construção de cidadania pela aproximação da instituição, professores e

alunos da realidade local, por meio de programas e projetos de pesquisa e extensão. Este estudo fundamenta-se em dados oficiais, literatura especializada e experiências com projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela universidade no espaço local.

A criação da UFVJM não superou o impacto da educação privada na região, significou apenas o primeiro passo em direção à equiparação da média regional com a média nacional na relação público/privado. Observamos também que o Campus Avançado pode tornar-se uma experiência afirmativa de correção do débito histórico com as classes populares dessa região, caso assegure a demanda e a atração de corpo técnico e

docente qualificado. O Campus Avançado nasceu com o compromisso de atender à qualificação de profissionais nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, oferecendo os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Serviço Social. Por ocasião da aprovação no Conselho Superior (CONSU), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em novembro de 2007, entraram em processo de implantação os cursos de Engenharia Civil, Hídrica e de Produção.

Os processos de construção da infraestrutura do campus e organização do corpo docente estão sendo executados na condição de falta de um planejamento público da interiorização do ensino superior no Brasil. Essa carência se expressa nas dificuldades em atrair doutores, na baixa relação de professor/aluno, professor/curso, e na relação técnico-administrativo/professor, situada em 0,25 técnico para um docente, uma das menores do Brasil.

Por outro lado, os passos dados até o momento têm revelado tendências consideráveis em termos de inserção e permanência da juventude na região, sobretudo na atração de jovens do nordeste mineiro, norte do Espírito Santo e Sul da Bahia; na ampliação de conhecimentos da realidade regional por meio de projetos de pesquisa e extensão; e pela presença de instituição pública na região mais pobre do Estado de Minas. Hoje os alunos são, majoritariamente, da região e advindos da estratificação social C e D, conforme pesquisa interna do setor de Assistência Estudantil. Seria precipitado inferir que o campus defina-se por uma vocação regional, porém se a política nacional de inserção mantiver os investimentos e os incentivos previstos, o campus poderá definir sua vocação regional, articulando-se com a universalidade da ciência.

Nessa direção, descrevemos o resultado de um projeto piloto de extensão e pesquisa realizado por equipe de docentes e alunos do campus, com o objetivo de conhecer a periferia urbana ao redor do campus da UFVJM, bem como os desafios e a fundamental necessidade da democratização dos conhecimentos como condição para a cidadania.

A universidade pública chega ao Vale do Mucuri.

A UFVJM¹ é constituída de três *campi*: dois em Diamantina e um em Teófilo Otoni (MG), com 22 cursos de graduação, dos quais 11 foram instituídos após a implantação do REUNI. O campus avançado do Vale do Mucuri é o terceiro instalado pela universidade, na região, após a primeira fase do programa de expansão universitária do governo atual. Sua criação atende às reivindicações dos municípios da região, que esperavam a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade à população. A UFVJM também beneficia o nordeste mineiro, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.

O Vale do Mucuri desperta interesse pelas características peculiares em termos de desenvolvimento agrícola, estrutura social, índices educacionais, índices de pobreza, e migrações, equiparados ao sertão nordestino. Estudar o impacto da instalação do Campus Avançado permite compreender os limites e derivações das políticas de acesso ao ensino superior, nos últimos cinco anos, e os avanços em relação às políticas da década de 1990.

Cabe ressaltar que as políticas educacionais brasileiras da década de 1990 tiveram uma orientação para o desenvolvimento do ensino superior privado, tornando a cobertura nacional pública de vagas reduzida à margem de 30%, e em termos de números de instituições públicas a 11% (INEP, 2007). Essa opção política abriu o mercado do ensino superior, na perspectiva de um Estado racionalizado e conduzido pelas forças empresariais. O Vale do Mucuri não foge à regra, sendo coberto, majoritariamente, pela oferta de ensino superior privado.

No município de Teófilo Otoni, surgiram as Faculdades Unificadas Doctum, criadas em 1998; a Universidade Antonio Carlos (UNIPAC), criada em 2002; o Instituto de Ensino Superior Integrado IESI (FENORD), criado em 1999; o Instituto de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni (IESFATO), criado em 2004; a Faculdade de Tecnologia Egídio José da Silva (ATEGIDIO), credenciada em 2006. Também surgiram, em 2007, as Faculdades de Almenara

¹ Criada em 08 de setembro de 2005, através da Lei nº 11.173.

(ALFA), que existiam como Instituto Educacional desde 2002, no município de Almenara, e a Faculdade FANAN, criada em 2004, na cidade de Nanuque.

A expressão pública se dá com a criação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – FACSAE, Campus Avançado da UFVJM, em 2005, na cidade de Teófilo Otoni. Além dela, há, ao longo do Vale do Mucuri, programas de instituições públicas de ensino a distância, a exemplo das extensões semi-presenciais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Montes Claros (UNIMONTES). O nosso estudo não se deteve na expansão do ensino a distância, por ora buscamos manter como objeto o ensino público presencial.

Apesar da retração da média de candidatos em busca do ensino superior pago, nos últimos oito anos foram abertas trinta e três novas universidades privadas e apenas uma pública em todo o Estado de Minas Gerais, indicando que as políticas para o ensino superior mantêm a maioria de instituições e vagas na iniciativa privada. Os interesses corporativos adentram também instâncias dos poderes federais e organizam-se em entidades, com força política para conduzir as decisões em função de seus interesses, conforme acentua Cunha (2004).

A ampliação de mais de dez Universidades Federais e 48 novos campi em todo o território nacional, realizada nos últimos cinco anos, é, sem dúvida, uma medida avançada se comparada ao movimento da década de noventa. Em sua totalidade, a FACSAE abarcará, aproximadamente, 2.550 alunos até 2012. Isso, em termos percentuais, está aquém dos índices necessários para uma cobertura que garanta uma inclusão contundente, em termos de acesso público ao ensino superior, no Vale do Mucuri. A política pública de ensino superior inicia sua incursão com o Campus Avançado, podendo constituir-se um centro irradiador de estudos, projetos e produção de conhecimentos.

Universidade extensão e pesquisa: espaços de produção de conhecimentos

Compreendemos que uma das funções da universidade é contribuir socialmente, qualificando profissionais para atuar nos mais

diversos campos do conhecimento, principalmente no eixo dos direitos sociais. Tem sido objeto de delongados estudos, análises e reflexões, a criação de espaços de aproximação com a comunidade, visando a democratização dos conhecimentos produzidos e, sobretudo, a contribuição para um agir coletivo, vinculando às dimensões cotidianas e às políticas públicas.

Desde a criação do Campus Avançado do Mucuri, em 2005, foram realizados mais de cinquenta projetos de pesquisa e quarenta projetos de extensão, abordando e intervindo nos diversos campos da realidade social. Desde então, qualifica-se um banco de dados sobre a região, tornando-a melhor conhecida e permitindo a inserção de estudantes, professores e técnicos na realidade regional. Da mesma forma, tem proporcionado a abertura de relações entre a universidade, empresas, entidades sociais e órgãos públicos, que constituem importantes alianças para uma entidade preocupada com a promoção da cidadania.

É neste contexto que o projeto de extensão, **Café filosófico-social: cidadania e participação popular**, foi proposto pela comunidade do Bairro Solidariedade, no sentido de buscar a compreensão sobre os direitos sociais em parceria com a universidade.

O primeiro encontro entre os líderes do Bairro e representantes da Universidade ocorreu em 20 de abril de 2008. As manifestações da comunidade giraram em torno das dificuldades encontradas na mobilização dos moradores, no esvaziamento das lutas e das instituições comunitárias, nas preocupações com os jovens e crianças, nos problemas referentes à infra-estrutura, entre outros. Essa oportunidade permitiu que a equipe da UFVJM pudesse perceber as demandas da comunidade para a confecção de uma proposta pautada no diálogo, em condições reais. Assim, no primeiro momento, sugeriu-se a discussão de questões práticas, referentes aos aspectos de infra-estrutura do bairro, legalização das moradias, transporte público e saúde. De outro lado, surgiram demandas em relação à formação e qualificação dos jovens, falta de alternativas de trabalho e perspectivas para a inserção deles no ensino superior. Estas foram algumas questões discutidas nas reuniões, entre os moradores e

os professores da UFVJM. Diante do exposto, a equipe elaborou um plano de ação, aprovado em reunião, no dia 08 de julho de 2008, prevendo:

1. Elaboração de um diagnóstico das políticas públicas presentes e ausentes no Bairro Solidariedade, com a finalidade de subsidiar a comunidade na elaboração de pauta sobre as demandas das políticas públicas junto ao poder público. O diagnóstico seria o “Plano Piloto” a ser estendido aos bairros circunvizinhos do bairro Solidariedade;

2. Elaboração de cursos de formação com o intuito de subsidiar o acesso ao conhecimento relativo aos temas sobre direitos sociais e cidadania. Abordam-se temáticas tais como: acesso a educação, habitação, saúde, lazer e cultura, a importância da organização social e perspectivas para a juventude.

Os dois momentos da proposta estão articulados no processo de construção do conhecimento e ações cotidianas que envolvem a vida social no bairro. Na medida em que o processo da formação foi ocorrendo, o diagnóstico foi sendo construído numa dimensão teórico-prática, resultando no Relatório Sócio-Econômico.

Ao longo do ano de 2008, foram acompanhadas mais de 40 lideranças, todas envolvidas com a realidade local e preocupadas em pensar projetos e processos para o avanço social da comunidade. O projeto envolveu alunos de diversos cursos da FACSAE com o intuito de inseri-los na realidade das periferias, como espaço de trocas pedagógicas, estágio e construção de alternativas conjuntas.

Caracterização da empiria

O Bairro Solidariedade, mais conhecido como jardim Pindorama (Terra das Palmeiras), localiza-se na zona sul da cidade de Teófilo Otoni. Tem um conjunto habitacional de 176 casas, com área construída de 18 m², em lotes de 125 m². Possui estrutura urbana, com ruas padronizadas e precárias condições de saneamento básico e iluminação pública. Foi planejado pela prefeitura municipal para atender a um contingente de desabrigados das chuvas e à população flagelada, oriunda de

famílias camponesas que chegaram a Teófilo Otoni nos anos 1970/1980. Atualmente, comporta uma população de aproximadamente 2.000 habitantes. Formadas por famílias de baixo poder aquisitivo, a ocupação média por casa é de nove pessoas, com densidade demográfica de 2 m² de área construída por habitante (Cf. MIRANDA, 2006).

Os recursos comunitários do Bairro Solidariedade são poucos e precários: possui um Posto de Saúde, com atendimento restrito a dois dias por semana; uma quadra poliesportiva; Associação Comunitária; uma creche; um cemitério; e o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

As ruas não são asfaltadas e a imagem é de abandono: buracos causados por enxurradas, terrenos baldios e precária estrutura de saneamento.

O ideário da cidade, em relação ao Bairro, é projetado como espaço coletivo de prostituição, tráfico de drogas, violência e descaso do poder local, o que reafirma a exclusão social vivenciada pelos moradores.

O acesso ao Bairro se dá por uma única rua. Nele mapeia-se a parte baixa, onde está localizada a Vila Esperança e a rua que leva aos bairros do sul, como o Taquara, São Benedito, Barreiros e São Paulo. O restante dos limites do bairro está cercado por fazendas de pastagens.

No estudo²⁴ realizado pelo grupo de trabalho da UFVJM foram levantadas as condições sociais e econômicas da população que ali reside. O bairro é formado por famílias de baixa renda, com rendimentos que variam de R\$ 50,00 a R\$ 500,00 reais por mês. O nível de escolaridade é baixo: no universo de 97 pessoas pesquisadas, na faixa etária de 17 a 80 anos, chegou-se aos seguintes percentuais: 63,9% têm o ensino fundamental incompleto, e 59,21% estudam em escolas estaduais.

Segundo os moradores entrevistados, as principais necessidades do bairro são: asfalto (52,57%); calçamento (52,57%); transporte coletivo (10,30%); investimento na área da

² Ao longo de ano de 2008 foi realizado um levantamento sócio-econômico com o recolhimento de 97 questionários. As perguntas versaram sobre a questão salarial, escolaridade, saúde, condição de acesso à escola, emprego, condições de moradia, envolvimento comunitário e perspectiva de organização comunitária. Essa pesquisa permitiu qualificar melhor as intervenções e a elaboração do diagnóstico das políticas públicas do bairro.

saúde (29,89%); saneamento básico (21,64%); coleta de lixo (13,40%).

Outra percentagem levantada pela pesquisa mostra que 35,1% dos entrevistados não reivindicam melhorias para a comunidade, possivelmente pela tradição de dependência criada pela política local, ao buscar resolver a pobreza com medidas assistenciais, em períodos eleitorais. Embora o bairro seja retratado como violento, mais de 80% dos entrevistados sentem-se seguros. Este dado revela como a convivência diária com as diversas formas de violência gera certa indiferença do cidadão.

No bairro há um contingente de mais de 40 jovens com o ensino médio concluído. Todos nutrem a convicção de continuarem sua vida de estudos na universidade. A UFVJM aparece como a primeira opção, por ser pública e gratuita, além de estar presente no bairro, via projeto de extensão.

Além desse diagnóstico, pesquisou-se a concepção de políticas públicas das lideranças comunitárias. As falas convergem no sentido das dificuldades em agregar o conjunto dos moradores, ao redor de propostas coletivas. Dificuldades que se expressam pelo esvaziamento da Associação de Moradores e pela incompreensão dos mecanismos de construção, aplicação e fiscalização das políticas públicas. As lideranças revelam que a compreensão de política pública permeia a lógica do direito público, superando a percepção da política do favor e da assistência e, ao mesmo tempo, demonstrando posicionamentos passivos diante dos órgãos públicos. Ao longo da história do bairro foram reforçadas políticas pontuais de cunho eleitoral, que tornam as instituições e os movimentos organizativos dependentes. A expressão mais forte disso é a questão da moradia. Os lotes foram doados no início da década de 1980 e até o momento não foram regularizados, criando uma tensão permanente, nos períodos eleitorais, sobre a garantia da posse. Essa condição torna a população vulnerável às promessas políticas, reforçando o medo de perderem suas moradias.

Considerações metodológicas

Observamos que a presença da UFVJM, por meio deste Projeto Piloto, foi de

fundamental importância para estreitar os laços de solidariedade, troca de saberes e promoção da cidadania.

O contato da equipe de professores e alunos com os moradores tem priorizado uma aproximação de constante diálogo e de interação entre a Universidade e a Comunidade, reacendendo a necessidade de mobilizar as instâncias organizativas, ao redor de uma agenda mínima, que inclua as demandas das políticas públicas. Compreendemos que a Universidade possui o papel de mediadora ativa, contribuindo essencialmente na elaboração de diagnósticos, na formação e capacitação de lideranças, ao mesmo tempo em que cria vínculos que favorecem a troca de conhecimentos. Os procedimentos metodológicos querem tornar visível à comunidade, os caminhos construtivos para o exercício da cidadania, reforçando a organização e o trabalho coletivo. Incentivamos, em todos os momentos, o diálogo com os moradores, a participação de todas as instituições envolvidas (Creche, Igreja, Associação de Moradores, Conselhos, Universidade, moradores e, principalmente, os jovens), bem como voluntários que desejem contribuir com as ações estabelecidas. Desse modo, a capacitação (formação) e o diagnóstico sócio-econômico expressaram maior articulação teórico-prática. A ênfase de todo o Projeto está na afirmação dos direitos públicos, a fim de que sejam conhecidos, incorporados e buscados coletivamente.

Ao mesmo tempo em que os problemas e as contradições da realidade se tornam presentes, dificultando a concretização da cidadania, aparecem as possibilidades de resistência, que apontam para caminhos coletivos. Nesse sentido, o presente diagnóstico também mostrou os fluxos organizativos e as possibilidades de superação das debilidades das políticas públicas, que prejudicam os processos de cidadania. A creche comunitária, localizada no centro do Bairro, é a maior expressão dessa resistência organizativa e de mediação para abertura de perspectivas, tanto em termos de agregação dos moradores, quanto em termos de formação de novas lideranças. Por intermédio da creche há um canal de comunicação com os órgãos públicos locais, estaduais e nacionais,

permitindo a articulação de projetos e de alternativas de políticas públicas.

Contabilizamos como construtivo esse primeiro contato da UFVJM com o Bairro Solidarietà. A avaliação conjunta de pesquisadores e moradores aponta os aspectos positivos do trabalho realizado na comunidade: proporcionou uma aproximação de estudantes, professores, lideranças comunitárias externas e a comunidade, em geral; permitiu um processo de diálogo e de participação comunitária, na ordem de 40 membros nas reuniões mensais e extraordinárias; formação em temas como direitos e cidadania; certificação de 40 participantes; permitiu o desdobramento de outros projetos *Ad Hoc* ao projeto *Café Filosófico-Social*, tais como: *pré-vestibular comunitário* (proposta dos estudantes dos cursos de matemática e Serviço Social), e *Projeto karatê* (proposta de técnico administrativo); tornou mais objetivo o conhecimento dos moradores sobre as necessidades e preocupações coletivas; viabilizou o diagnóstico sócio-econômico, possibilitando a intervenção das instituições que atuam na comunidade; demonstrou a contraditoriedade da percepção comunitária sobre política pública, uma de viés mais passivo, esperando das lideranças e das instituições que desenvolvam as políticas e outra com viés mais ativo, sugerindo novas alternativas e propondo projetos que promovam avanços em relação à atual condição do bairro; motivou os estudantes a almejem o ingresso na universidade pública, vislumbrando uma nova possibilidade de formação profissional.

Observa-se que a dimensão da realização dos direitos sociais das populações que estão à margem é um campo de constantes embates com os poderes públicos. Uma das possibilidades de superação dessa exclusão está na obtenção e na troca de conhecimentos, buscando conciliar as vivências e experiências locais com as dimensões da ciência. As metodologias de corte positivistas resultaram em uma formação acadêmica muito distanciada dessa perspectiva teórico-prática. Hoje, porém, a universidade desempenha com maior propriedade essas articulações, quando é compreendida como instituição de mediação de conhecimentos para a cidadania.

Por um caminho articulado entre as dimensões do particular e as universais

A compreensão do cotidiano evoca a articulação das dimensões particulares dos fenômenos com as dimensões complexas, entrecortadas no cotidiano, conforme acepção contida em Gramsci (1999), Vygotsky, Luria e Leontiev (1998) e Heller (1992). Gramsci situa o cotidiano nos estudos sobre o senso comum, mostrando que ele, mesmo fragmentado e impreciso, é ponto de partida necessária para a crítica que permita o avanço para uma concepção de mundo mais complexa. Vygotsky, Luria e Leontiev (1998), entretanto, empreendem um importante debate entre os conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, mostrando que ambos se entrecruzam na passagem de um conhecimento espontâneo para o sistematizado. Heller (1992) compreende o sujeito inserido, simultaneamente, no cotidiano como ser particular e, ao mesmo tempo, como ser genérico. O cotidiano não é suficiente para o desenvolvimento pleno do humano, para isto se faz necessária a educação escolar, como mediação qualitativa desse desenvolvimento.

Conferimos estes esclarecimentos para balizar nossa análise a seguir e dizer que sem um olhar atento, rigoroso, sistemático e singular do cotidiano corremos o risco de empreendermos complexas análises, com pouca eficácia e significado histórico. De outro modo, ficar no cotidiano, como se o mesmo nos munisse dos conhecimentos necessários, seria perder a capacidade de analisar os fenômenos para além da superfície.

Nesse sentido, julgamos pertinente efetuar algumas reflexões sobre a metodologia mais adequada para analisar os vínculos entre universidade e comunidade, de modo construtivo. Com o enfraquecimento do positivismo, a partir da metade do século XX (CHALMERS, 1993), abriram-se espaços de constituição ao debate sobre outras metodologias³. Diversos autores do campo educacional problematizam a participação

³ Com o fortalecimento das ciências humanas e sociais a partir do século XIX, abriram-se novos caminhos metodológicos advindos das reflexões fenomenológicas, da filosofia analítica, da lingüística, da economia, que se interpuseram como novos caminhos no auxílio e concretização de uma ciência para além do ideário positivista.

popular na construção da democracia, começando pelo acesso ao conhecimento (FREIRE, 1987, 1989, 1992; FREINET, 1978; SAVIANI, 2007; GRAMSCI, 1999).

Ao levantar a dimensão participativa nas práticas sociais de grupos de periferias urbanas, buscamos compreender as concepções sobre os direitos sociais e como eles se concretizam objetivamente nesses espaços. Ademais tentamos descobrir os nexos de interações entre os conhecimentos científicos e os populares, articulando uma análise não mais por oposição, mas por composição e revelação, onde as práticas sociais aparecem como teorias elaboradas com base no processo em que os atores são co-partícipes, reproduzindo as contradições sociais que se materializam nas concepções do senso comum e bom senso (Cf. GRAMSCI, 1999).

Em relação à condução da pesquisa, nossa base epistemológica buscou a articulação teórico-prática, no sentido de captar os movimentos das condições reais e o desenvolvimento educativo dos grupos envolvidos. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem pautados nas práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre a condição real e contraditória dos próprios grupos.

O papel da universidade como parceira não é a de dizer qual o caminho, mas apontar, indicar e mediar as análises, as sugestões e as ações, juntamente com os participantes. A pesquisa e a extensão prevêem a participação dos membros da universidade como mediadores do processo de produção de conhecimentos, dentro de uma concepção participativa e de uma noção de aprendizagem como processo construtivo social (VYGOTSKY, 1988; VYGOTSKY, LURIA e LEONTIEV, 1988), que articula a ligação entre a condição real do sujeito e sua potencialidade (zona proximal); segundo Paulo Freire (1987, 1989, 1992) e Freinet (1978), essa ligação concorre para o processo de interação e construção cooperativa entre os saberes populares e os saberes científicos. Não partimos do princípio hierarquizado que prima pela preponderância do saber acadêmico, mas na conjugação dele como força pedagógica e política, sendo democratizado na relação com os conhecimentos populares. Freire (1992) enfatiza a idéia de que a vida é um elemento

chave para a realização da educação e que a produção do conhecimento é sempre mediada pelas condições contraditórias de uma realidade em transformação.

Conduzimos os trabalhos na perspectiva de articulação entre a formação técnica e a humanística, buscando ver os limites dos processos de conhecimento e das qualificações dos moradores do Bairro Solidariedade e o esforço dos grupos dirigentes em mantê-los na condição da subalternidade. Ao mesmo tempo, empreendemos um projeto de formação nas esferas dos direitos sociais, construindo um vínculo formativo e propositivo entre a comunidade e a universidade.

O Bairro Solidariedade expressou um momento empírico para pesquisa e extensão do Campus do Mucuri, permitindo entrarmos na realidade urbana da cidade de Teófilo Otoni e travarmos relações de troca de conhecimentos. Os moradores vivenciam, diariamente, problemas de ordem pública, que atingem diretamente os direitos e a cidadania. A mediação do grupo de trabalho tem ajudado a refletir e contribuir com a formação de lideranças, no sentido da apropriação de conhecimentos, elaboração de projetos, fortalecimento dos processos organizativos internos e buscas coletivas de saídas para a concretização dos direitos sociais. Movimento que articula as questões básicas dos direitos de saúde, educação, moradia às esferas mais complexas, como a compreensão das políticas sociais, constituição, noções de direito ambiental e outros.

O Estado na dinâmica da produção da cidadania

Nossas análises pressupuseram o Estado como dimensão central para o exercício dos direitos. Isto para contrapor-se às tendências ocorridas, ao longo da década de 1990, de esvaziamento das dimensões públicas pela descentralização de responsabilidades do Estado à sociedade civil. Compreendemos que as funções públicas, entre elas as exercidas por órgãos como as universidades, possuem a centralidade na produção dos direitos pela democratização do acesso aos conhecimentos e pela afirmação da cidadania.

A partir da Constituição Federal de 1988 ocorreu o processo de municipalização das

políticas sociais. Com a descentralização política, as políticas sociais ganharam novas fundamentações teóricas e novas maneiras de execução. O poder local tornou-se o principal responsável pela descentralização administrativa, no que se refere à formulação, implementação e gestão das políticas sociais.

Nos últimos vinte anos, apesar da ascensão das lutas democráticas, dos movimentos sociais e da descentralização política, que apontavam condições para uma legítima realização dos avanços das políticas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade. A instauração do projeto neoliberal, na década de noventa, produziu novas concepções de políticas públicas, um novo conceito de “Estado Social” e, principalmente, novos arranjos institucionais na gestão das políticas públicas.

O processo de retração dos movimentos sociais, verificado a partir de 1990, como um dos efeitos da imposição do “modelo neoliberal”, facilitado pelo consentimento dos governos federais, engendrou o esvaziamento do conflito e das possibilidades de aperfeiçoamento do processo democrático.

A incorporação e apelo pelo “tema da sociedade civil” no discurso da contra-reforma, sobrepõe-se à visão da sociedade civil reduzida a recurso gerencial, na qual “grupos, indivíduos e comunidades deveriam se organizar, automaticamente, para transferir sustentabilidade e recursos às políticas públicas. Seria uma sociedade civil cooperativa, um espaço diferente do Estado e com forte vetor anti-estatal, dependente bem mais de iniciativa individual e empreendedorismo social” (MIRANDA, 2006, p. 269).

Nessa direção de contra-reforma, o Estado é abandonado como campo de lutas e emancipação por meio das conquistas das políticas sociais. Os trabalhadores têm suas conquistas e garantias sociais ameaçadas. O Estado, a cada dia, repassa as responsabilidades para a sociedade civil. As políticas públicas são submetidas à lógica das reformas estruturais do capital, que estão voltadas para a estabilização da economia mundial.

Diante desse cenário, torna-se necessária a defesa da Seguridade Social e dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. É imperativo o confronto com as

pretensões privadas de enfrentamento da questão social. Nessa direção, somam-se os diversos esforços dos grupos, movimentos e instituições para tornar os direitos sociais presentes na vida dos cidadãos. Os espaços e direitos públicos apresentam-se como centros irradiadores de possibilidades e dinamismo, com os quais é possível traçar caminhos de formação e construção de conhecimentos.

Considerações finais

A partir desse primeiro momento de implantação da UFVJM no Vale do Mucuri podemos indicar que a inserção regional dos novos *campi* e novas universidades favorece o processo de desenvolvimento local, no sentido de abertura de caminhos e possibilidades para as populações que se encontram distantes do acesso ao conhecimento. Desenvolvimento no sentido da recuperação das formas organizativas, da auto-confiança dos membros das comunidades, da capacidade de articular conhecimentos universais com particulares, da formação de recursos humanos em metodologias participativas e da criação de espírito científico atento e sintonizado com as questões regionais e com as tecnologias de ponta, entre outros.

A função da universidade passa pelas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. E, atualmente, a força dessa presença pública tem garantido o avanço de reflexões nos diversos campos do conhecimento, sobretudo no avanço das organizações de mulheres, dos jovens e negros. É possível admitir que a universidade em si mesma não promova desenvolvimento, no sentido produtivo esperado pelos Organismos Internacionais (BID, BIRD e outros), mas desenvolve a capacidade de vislumbrar caminhos para o conhecimento e articular-se como alternativa de recuperação de possibilidades.

O conhecimento é mediação necessária para a produção de campos de cidadania. O acesso a ele, seja por vias formais ou informais, tem possibilitado o engendramento de campos de apropriação de conhecimentos, ao longo das experiências de cidadania. Nesse sentido, a UFVJM é um centro que pode dinamizar e motivar muitos caminhos de construção social e conhecimento. A vocação regional e a condição do público podem torná-la referência

nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, caso permaneça na condição de produzir e socializar conhecimentos para além dos desejos imediatos, alcançando a condição de articuladora das dimensões cotidianas e universais.

VYGOSTKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone. EDUSP, 1998.

Referências

BRASIL. Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira. **Censo do Ensino Superior.** 2007. Disponível em:

http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm Acesso: 28 jun. 2009.

CHALMERS, A. F. **O que é a ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e Mercado. In: SGUISSARDI et al. (Orgs.). Universidade: reforma e/ou rendição ao mercado? **Educação & sociedade**, n. 88, v. 25, Especial, 2004, p. 795-817.

FREINET, C. **A educação pelo trabalho.** Lisboa: Editorial Estampa, 1978(Vol. I e II).

FREIRE, P. **Aprendendo com a própria história.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. São Paulo: Vozes, 1989.

_____. **Pedagogia da Esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** Civilização brasileira, 1999.

HELLER, A. **O Cotidiano.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MIRANDA, S. M. **Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri – MG.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, 2006.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** Jan./Abr. 2007, v. 12, n. 34, p. 142-165.

VYGOSTKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1998.

